

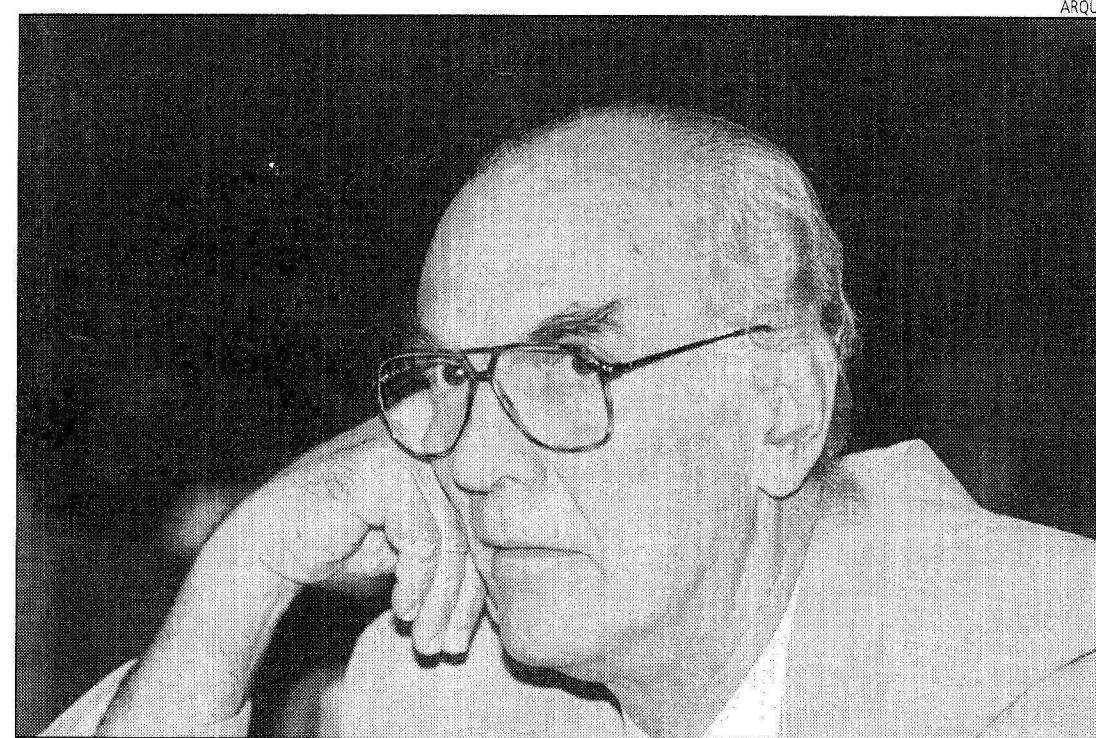
Punição certa para ACM e Arruda

RELATÓRIO DE
SATURNINO BRAGA
JÁ ESTÁ PRONTO E
SERÁ APRESENTADO
AMANHÃ AO
CONSELHO DE ÉTICA

O senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do processo sobre a violação do sigilo da votação que envolve os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), afirmou ontem de manhã, no Rio, que já concluiu o seu relatório e que apresentará o documento amanhã ao Conselho de Ética.

Saturnino vai recomendar para os senadores acusados de envolvimento na quebra de sigilo da votação que cassou o então senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em 28 de junho do ano passado. O relator não quis adiantar que tipo de punição será pedida, mas disse que a decisão o deixou em paz com a sua consciência.

O relator afirmou que releu as atas de defesa de ACM e Arruda, assim como o depoimento dos funcionários do Serviço de Processa-



ARQUIVO

ROBERTO Saturnino conclui parecer e garante estar em paz com a sua consciência

mento de Dados do Senado (Prodasen) envolvidos no processo, mas disse que algumas contradições entre os testemunhos permanecem insolúveis.

Em entrevista ao jornal carioca *O Dia*, publicada no domingo, Saturnino deu a entender que recomendaria a cassação de ambos senadores à Comissão de Ética do Senado.

A votação do relatório poderá ficar para a semana que vem. O presidente do

Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), dá como certo que alguns senadores pedirão vista do processo por uma semana.

Na mesma sessão em que Saturnino lerá seu relatório, também será votado o requerimento apresentado por Ney Suassuna (PMDB-PB), que pede votação aberta da matéria. Mesmo com a aprovação do requerimento, todas as votações seguintes, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no

Plenário, seriam secretas, como determina o Regimento Interno do Senado e a Constituição.

Apesar de boa parte dos integrantes do conselho defenderem a punição máxima (cassação) para ACM e Arruda, cresce o número de senadores condescendentes com os colegas. Esse grupo defende uma punição mais branda, que poderia ser a suspensão do mandato ou uma simples advertência. (Agência Folha)